

O PAPEL DA DIPLOMACIA INTERNACIONAL PARA A OBTENÇÃO DA PAZ ENTRE ISRAEL E PALESTINA: ANÁLISE DO ACORDO DE CAMP DAVID DE 1979

Andrea Pennacchi MARCONDES¹
Jônatas Eduardo B. M. TEIXEIRA²

RESUMO: Com o escopo de elucidar o papel da diplomacia internacional para a obtenção da paz entre Israel e Palestina procedeu-se a análise do acordo de Camp David de 1979, abordando a origem do conflito, os antecedentes históricos do tratado, seu conteúdo e desdobramentos. O trabalho abordou o tratado de paz com a finalidade de demonstrar a relevância da diplomacia internacional para a solução de conflitos e proteção de direitos humanos em situações de beligerância.

PALAVRAS-CHAVE: Israel. Palestina. Diplomacia Internacional. Acordo de Camp David.

¹ Docente dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Sistemas de Informação das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”(FIAET) - Presidente Prudente. Doutora em História e Sociedade pela UNESP-Assis/SP. Orientadora do Grupo de Pesquisa Científica “Relações internacionais: ações sociais, jurídicas e econômicas na construção de uma sociedade supranacional sustentável” na FIAET. Contato: andreamarcondes@terra.com.br

² Discente do 9º Termo do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” (FIAET) de Presidente Prudente e membro do Grupo de Pesquisa Científica “Relações Internacionais: ações sociais, jurídicas e econômicas na construção de uma sociedade supranacional sustentável”, da FIAET. Contato: jonatas_tex@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

As consequências da guerra são sempre devastadoras - até mesmo para os vencedores - pois resulta em muitas mortes, cidades destruídas, pessoas feridas e inválidas, gerando muito sofrimento e prejuízos econômicos para as nações beligerantes. Por isso, a paz deve ser sempre perseguida como um dos maiores objetivos de uma nação. Como bem nos ensina Alberico Gentili (2005; p. 435):

“Mesmo os mais belicosos anseiam por esse fim porque, se assim não fosse, todos seriam merecidamente animais ferozes, não homens, uma vez que nenhum vício é contra a natureza de tal modo que apague até os últimos vestígios da própria natureza. Por isso, os legados romanos dizem ao rei da Pérsia que não celebrar jamais a paz seria o mesmo que fazer da vida humana uma vida de animais”.

Nesse ínterim, o autor supracitado (idem, 2005) também se utiliza de Cícero para afirmar que “... se a guerra deve ser feita, que seja feita, mas unicamente em vista da paz” e na mesma linha de pensamento, Santo Agostinho e o Direito Canônico admitem que:

‘... paz por vontade, guerra por necessidade. Quem prefere a paz deve querê-la sinceramente e quem faz a guerra deve fazê-la, não de outra maneira, senão para conseguir a paz.’

Neste contexto, a diplomacia internacional tem um papel de destaque, sendo de grande relevância para que os Estados soberanos convivam em harmonia e, em caso de guerra, que esta seja a menos desumana possível, terminando sempre com um acordo de paz.

Em igual pensamento, BATH (1989, p.14) define diplomacia como a “gestão das relações internacionais por negociações; o método pelo qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados; a função ou arte do diplomata”.

Noutro giro, Jean-Robert Leguey-Feilleux (2009) expressou que:

“Diplomacia também implica um modo de comportamento, uma forma de fazer negócios, certo estilo profissional. Diplomatas precisam agir com tato e prudência ao aproximar governos estrangeiros; eles lidam com questões de Estado que são frequentemente delicadas”.

Nesse sentido, WIGHT (2002, p. 107) expressa que a diplomacia “é o sistema e a arte da comunicação entre os estados. O sistema diplomático é a instituição mestra das relações internacionais”. Assim, não se pode olvidar que, consoante o entendimento do ex - secretário americano Henry Kissinger, a diplomacia deve ser compreendida como “a arte de restringir o poder”³.

Quanto à sua finalidade, a diplomacia é a busca da solução pacífica e mais favorável possível a proteção do ser humano e do seu ambiente de existência, quando da ocorrência de um confronto de interesses entre entes internacionais (Estados e organizações).

No tocante a situações de guerra, o tirocínio da diplomacia pode ter papel fundamental na resolução do litígio, evitando, assim, conjunturas sociais, políticas e econômicas atentatórias aos direitos humanos fundamentais.

Quando se faz a análise do conflito entre Israel e Palestina, percebe-se, infelizmente, que a via diplomática, embora atuando com muitos esforços, ainda não alcançou êxito almejado, e que a continuidade dos conflitos e sua aparência de eternidade ainda prevalecem no cenário global.

Nesse contexto, há que se concordar com MORGENTHAU (2003, p.978) quando este assevera que desde “o fim da Segunda Guerra Mundial, a diplomacia vem perdendo a sua vitalidade, tendo as suas funções definidas a um ponto sem precedentes na história do sistema internacional do Estado Moderno”. No entanto, embora a paz definitiva entre Israel e os países árabes, incluindo a Palestina, não tenha ocorrido, a diplomacia vem superando grandes

3 BRAINY QUOTE. Henry A. Kissinger. In BrainyQuote.com.

barreiras e tem registrado grandes feitos, como por exemplo, o Acordo de Camp David em 1979.

A presente pesquisa, com o intuito de esclarecer o que foi este acordo e qual seus desdobramentos e a sua colaboração para a paz no Oriente Médio, fez uma análise histórica do caso demonstrando seu significado na ordem internacional.

1. A Origem do Conflito entre Israel e Palestina

No livro do Gênesis é narrada a história de Abraão, o amigo de Deus. Segundo a narrativa bíblica, Abraão recebe a promessa divina de que da sua descendência sairia uma grande nação (Gênesis 12:1-7). Como a mulher de Abraão (Sara) não podia ter filhos, ela indicou a sua serva Agar para dar um filho ao seu marido, o que resultou no nascimento de Ismael.

No entanto, quando Abraão completou cem anos e Sara noventa anos, o anjo do Senhor apareceu a eles e lhes prometeu o nascimento de um filho, que veio a se chamar Isaque.

Enciumada com as atenções que Abraão dava ao filho de Agar, Sara exigiu que este os expulsasse e os enviasse para o deserto. Como Abraão também amava a Ismael, um anjo lhe prometeu que dele também faria uma nação (Gênesis 21: 11-13), e que se cumpriria a profecia feita a Agar pelo Anjo do Senhor:

"Você está grávida e terá um filho, e lhe dará o nome de Ismael, porque o Senhor a ouviu em seu sofrimento. Ele será como jumento selvagem; sua mão será contra todos, e a mão de todos contra ele, e ele viverá em hostilidade contra todos os seus irmãos". (Gênesis 16: 11-12).

É importante salientar que para os muçulmanos, o filho da promessa é Ismael e não Isaque, e que, portanto, as terras prometidas a Abraão e à sua descendência pertenceriam aos descendentes de Ismael e não aos de Isaque, como afirmam os judeus.

Essa disputa dos tempos bíblicos, entretanto, não é o motivo central da guerra atual entre judeus e árabes, já que durante muitos anos esses dois povos mantiveram convivência tranquila e indiferente. A partir do final do século XIX, no entanto, houve uma retomada do conflito entre eles - e é sobre esse momento histórico que o presente artigo está focado.

Por volta de 1890, iniciou-se o movimento Sionista, pregando a reunião do povo de Israel – que havia sido disperso pelo mundo - em terras que haviam lhe pertencido até a II Diáspora, em 70 D.C e a formação de uma nação independente naquele território.

Como consequência dos ideais proclamados por este movimento, algumas agências sionistas financiadas por banqueiros judeus como os Rothschild - compraram terras na região Palestina para a criação de *kibutzim*⁴ para os judeus - aumentando, dessa forma, as propriedades deste povo naquele território.

A partir da Declaração de Balfour⁵ - na qual constava o desejo do Império Britânico de reestabelecer na Palestina um território para o povo judeu, caso dominassem o Império Otomano – os sionistas passaram a ter ainda mais força.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi derrotado e a Palestina - que fizera parte deste - passou ao domínio da Inglaterra (1920-1948). Apesar de não terem cumprido sua promessa de criar um estado judeu naquele território, os ingleses incentivaram a formação de

4 Os kibutzim são comunidades judaicas que funcionam como uma espécie de cooperativa agrícola, tendo servido no período pós declaração de Balfour não somente como uma forma de defesa política, mas como força de defesa contra as violências e hostilidades do povo palestino.

5 Em 02 de novembro de 1917, Lord Arthur James Balfour, Ministro das Relações Exteriores da Gra Bretanha afirmou, em mensagem ao banqueiro judeu, Lord Rothschild, que o governo de Sua Majestade declarava-se simpático às aspirações judaico-sionistas apresentadas e aprovadas a seu Gabinete e solicitando que as comunicasse à Federação Sionista: "O Governo de Sua Majestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará seus melhores esforços para facilitar a conquista desses objetivos, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos religiosos e civis das comunidades não judaicas existentes na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer outro país.

colônias judaicas e o período entre 1929 e 1946 ficou caracterizado por várias revoltas árabes contra a ocupação das terras pelos *kibutzim* judaicos e contra o domínio dos ingleses.

Nesse contexto, observaram-se vários conflitos entre árabes e judeus, como por exemplo: o Massacre de Hebron de 1929⁶, os massacres de *Ein AL Zeitun*⁷, e o atentado do Hotel Rei Davi de 1946⁸.

O ideal sionista se fortaleceu ainda mais após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a morte de 6 milhões de judeus no Holocausto - em razão dos ideais anti-semitas⁹ do ditador da Alemanha, Adolf Hitler - mobilizaram a opinião pública a seu favor.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha e através da Resolução 181¹⁰, propôs a criação de um Estado judeu e um árabe no território Palestino que estava sob dominação britânica, estabelecendo a cidade de Jerusalém como uma cidade internacional a ser administrada pelas Nações Unidas.

Como consequência dos ideais proclamados por este movimento, algumas agências sionistas firmaram diversos contratos de compra e venda de terras que pertenciam a otomanos e árabes estabelecidos na região Palestina -

⁶ O massacre de Hebron caracterizou-se pelo assassinato de 67 judeus entre 23 e 24 de agosto de 1929 em Hebron, realizado pelos árabes como forma de represália por um suposto massacre de árabes em Jerusalém e a ocupação do povo judeu de lugares considerados sagrados pelo povo árabe.

⁷ O massacre de Ein AL Zeitun tratou-se de uma operação realizada pelo 3º Batalhão de Palmach com o intuito de diminuir os efeitos do cerco árabe do bairro judeu de Safed.

⁸ O atentado ao Hotel Rei Davi de 22 de julho de 1946 foi um ataque terrorista na cidade de Jerusalém, na época Palestina, organizado por um grupo sionista que tinha com objetivo a morte dos funcionários do governo inglês na Palestina, resultando em 91 mortos e 45 pessoas feridas.

⁹ Os pensamentos anti-semitas proclamados por Hitler encontram-se bem exostos no livro *Mein Kampf* (Minha Luta). Observa-se que o argumento de que os judeus queriam a dominar o mundo basearam-se no escrito conhecidos popularmente como “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, tendo Hitler deles se utilizados 10 anos antes da 2ª Guerra Mundial. Os judeus, no entanto, comprovaram que tais escritos não passaram de uma fraude elaborada para manter no poder o Czar Nicolau II da Rússia.

¹⁰ Israel Ministry of Foreign Affairs. UN General Assembly Resolution 181 (Partition Plan) November 29, 1947.

e que passaram a pertencer aos judeus - aumentando, dessa forma, as propriedades deste povo naquele território.

O movimento sionista adquiriu força a partir da Declaração de Balfour (2 de novembro de 1917)¹¹ mas só consolidou-se, com uma proposta efetiva para a criação de um estado judeu após a 2ª. Guerra Mundial.

Com a vitória dos Aliados, a Inglaterra – pressionada por imensas dívidas de guerra - precisou desfazer-se de grande parte de seu império para reerguer-se economicamente. Assim, procedeu a partilha do território palestino - que estivera sob seu poder desde a derrota do Império Turco na 1ª. Guerra Mundial - entre Israel e Palestina, gerando o presente conflito.

O projeto de partilha previa que aproximadamente 55% do território fossem destinados tanto para os 700 mil judeus que ali residiam, quanto para os que posteriormente quisessem retomar as terras que pertencera a seu povo até 73 D.C. Dessa área, no entanto, 60% era constituída pelo deserto do Neguev.

Para o povo palestino, que ali vivia desde 638 D.C., seria destinado aproximadamente 43% da terra, no qual residiriam aproximadamente 5 milhões de pessoas. Os demais habitantes - aproximadamente 2% - seriam os moradores da cidade internacional de Jerusalém¹². Essa proposta foi rejeitada pela Liga Árabe, adiando, assim, a criação do Estado de Israel.

Em 14 de maio de 1948, porém, no dia anterior ao término do Mandato Britânico na região, a o Conselho do Povo Judeu se reuniu em Tel

¹¹ Em 02 de novembro de 1917, Lord Arthur James Balfour, Ministro das Relações Exteriores da Gra Bretanha afirmou, em mensagem ao banqueiro judeu, Lord Rothschild, que o governo de Sua Majestade declarava-se simpático às aspirações judaico-sionistas apresentadas e aprovadas a seu Gabinete e solicita que seja comunicada à Federação Sionista a seguinte declaração: "O Governo de Sua Majestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará seus melhores esforços para facilitar a conquista desses objetivos, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos religiosos e civis das comunidades não judaicas existentes na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer outro país.."

¹²SANTANA, Ana Lucia. Conflito entre Israel e Palestina.

Aviv e proclamou a independência do então denominado Estado de Israel¹³, elevando-o ao *status* de nação soberana após dezoito séculos¹⁴. Em seus 10 primeiros anos de criação, o Estado de Israel admitiu a entrada de mais de um milhão de judeus, que se constituíram no primeiro grupo migratório a ultrapassar numericamente a sociedade ocupada¹⁵.

A criação do Estado de Israel gerou imediatamente a primeira grande guerra árabe-israelense, com vitória do povo judeu, que contava com o apoio financeiro e armamentista dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Após a guerra, a Palestina passou a ocupar a Cisjordânia e Território de Gaza e o território judeu, por sua vez, aumentou muito mais do que o previsto na partilha proposta pela Resolução 181 da ONU, motivo gerador dos atuais conflitos.

Em 11 de maio de 1949, a Assembleia Geral da ONU admitiu o Estado de Israel como membro da Organização das Nações Unidas, através da Resolução 273¹⁶.

Portanto, apesar do problema religioso entre os descendentes de Isaque e os descendentes de Ismael remontar aos tempos bíblicos, não há dúvida de que a criação do Estado de Israel em território palestino - que pertenceu aos judeus no passado, mas que foi habitado pelos árabes até o fim da Segunda Guerra - foi o principal fator responsável pelo conflito atual.

Não obstante a ONU defenda que a criação do Estado judeu serviu para assegurar aos israelitas um meio de se restabelecer com segurança e dignidade em um território em que não mais sofreriam os horrores de um Holocausto, para alguns, o estabelecimento do novo estado não passou de uma tática estratégica dos EUA, com o intuito de ter um território aliado próximo à URSS e às grandes bacias de petróleo. Consoante este segundo

¹³ Declaration of Establishment of State of Israel. May 14, 1948.

¹⁴ BEEK, M.A. Historia de Israel, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p.184

¹⁵ MARGULIES, Marcos. Israel. Origem de uma Crise. 1967. p. 120.

¹⁶ Admission of Israel to the United Nations- General Assembly Resolution 273. 11 May 1949.

entendimento, se o motivo fosse segurança e proteção do povo judeu, o local escolhido – rodeado por árabes muçumanos que previsivelmente seriam contrários a este projeto – não seria a melhor opção.

Além das divergências sobre os *motivos* que levaram à criação do Estado de Israel, há também discordâncias sobre a *forma* como foi realizada a partilha e o posterior acréscimo de áreas pelo Estado judeu. Nesse sentido, segundo Alexandre Hecker¹⁷:

“... a guerra entre palestinos e judeus só terá um fim quando for criado um Estado palestino que ocupe, de forma equitativa com Israel, a totalidade do território tal qual ele se apresentava em 1917”.

Diante desta realidade, não se vislumbrava qualquer solução para um conflito que tendia a perdurar por longos anos. Não obstante, o estabelecimento do histórico acordo de paz de *Camp David* deixou no ar a esperança de que, no futuro e por meio da diplomacia internacional, a paz poderá ser reestabelecida entre eles.

2. O Tratado de Camp David

2.1. Antecedentes históricos

A Guerra dos Seis Dias (1967) foi uma “guerra relâmpago”, no qual o Estado de Israel enfrentou e venceu os Estados Árabes oponentes, quais sejam, Egito, Jordânia e Síria, todos apoiados pelo Iraque, Kuwait, Argélia, Sudão e Arábia Saudita.

Os combates cessaram no dia 10 de junho de 1967, tendo Israel o controle da Faixa de Gaza, a península do Sinai, Cisjordânia (incluindo Jerusalém), além das colinas de Golã, na Síria. Como consequência da guerra,

¹⁷ Professor de História Contemporânea da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), apud KOBAYASH, Elisa, 2009.

“Israel tinha conquistado um território quatro vezes maior que o seu em 1949, e albergava em suas novas fronteiras uma população árabe de 1,5 milhões”¹⁸.

A vitória na guerra gerou grande entusiasmo entre o povo israelense, principalmente porque significou a reconquista de antigos territórios bíblicos, como por exemplo, o muro das Lamentações, a Caverna dos Patriarcas em Hebron e o túmulo de José.

Com a finalidade de dar uma solução pacífica ao conflito em 22 de novembro 1967, o Conselho de Segurança da ONU, emitiu a Resolução 242, solicitando que o Estado de Israel se retirasse dos territórios tomados na Guerra dos Seis Dias e

(...) o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força.¹⁹

A resolução afirmou ainda a necessidade de se garantir liberdade de navegação através de canais internacionais na área; de se alcançar uma solução justa para o problema dos refugiados e a necessidade de garantir a independência e a inviolabilidade territorial e política de cada Estado na área, através de medidas governamentais, dentre elas a criação de zonas desmilitarizadas²⁰.

Em fevereiro de 1969, Yasser Arafat assumiu a liderança da OLP (Organização para Libertação da Palestina) – criada em maio de 1964 – fortalecendo a causa palestina. O sentimento gerado pela guerra entre os povos árabes e o povo judeu, resultou noutra guerra anos depois. No dia do Yom Kippur, em 6 de outubro de 1973, o Egito e a Síria, inesperadamente, atacaram Israel, iniciando a Guerra do Yom Kippur, ou Guerra do Ramadã, ou

18 PACIEVITCH, Thais. Guerra dos Seis Dias. In. Info Escola. 18/07/2008.

19 ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. U.N. Security Council Resolution 242. November 22, 1967.

²⁰ Idem, 1967.

ainda Quarta guerra Árabe-Israelense, que se caracterizou como uma tentativa fracassada dos países árabes em conquistar os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias.

O Estado de Israel começou em desvantagem bélica e de numérica. Nas primeiras 48 horas, a Síria e o Egito conquistaram territórios israelenses e, dentre eles, as Colinas de Golã, local em que 180 tanques israelenses enfrentaram 1400 tanques sírios e o Canal de Suez, local em que menos de 500 soldados israelenses foram atacados por quase 80 mil egípcios²¹.

No entanto, com o apoio dos Estados Unidos, o Estado de Israel reverteu a situação e venceu a batalha, derrotando os países árabes e a URSS, potência que os apoiava. Embora tenham sido militarmente bem sucedidos - internamente e em termos políticos - Embora tenham sido militarmente bem sucedidos, essa vitória foi desastrosa internamente e para políticos que comandavam o Estado de Israel naquela época, o que resultou alguns anos mais tarde, na primeira coalizão de direita – liderada por Menahem Begin - a assumir o governo do país²².

Para evitar esses conflitos armados, a comunidade internacional aumentou os esforços diplomáticos para a concretização da paz entre árabes e israelenses. Em 22 de outubro de 1973, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução 338²³, no qual pedia o cessar-fogo entre Israel, Egito e Síria, que disputaram a Guerra do Yom Kippur e a aplicação da Resolução 242 de 1967, entre outros. As medidas, porém, não foram acatadas em sua plenitude.

O secretário de Estado americano, Henry Kissinger, empenhou uma série de esforços para promover uma conferência de paz em Genebra,

²¹ BARD, Mitchell. The Yom Kippur War.

²² WALLACH, Jehuda. Coord. BARNAVI, Élie. Historia Universal dos Judeus: da gênese ao fim do século XX. 1995, p.264.

²³ ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *U.N. Security Council Resolution 338*. October 22, 1973.

concretizada em dezembro de 1973 e da qual resultou o acordo entre Egito e Israel que dispunha, entre outros pontos,

“sobre a troca de prisioneiros, a retirada das tropas para as zonas delimitadas, garantias de segurança e outras medidas visando a consolidação da trégua e um acordo de paz a ser estabelecido em longo prazo”²⁴.

Dessa forma, não há dúvidas de que, além dos presidentes do Egito e de Israel, que até receberam o prêmio Nobel em função do acordo de paz, os grandes destaques diplomáticos desse período foram o presidente Jimmy Carter e o ex-secretário de Estado dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford, Henry Kissinger. Este último, aliás, já tinha recebido o Prêmio Nobel da Paz em 1973²⁵.

Aliás, os esforços de Kissinger e Carter foram realçados de forma veemente no discurso de apresentação do Prêmio Nobel da Paz de 1978, demonstrando como o trabalho do diplomata fortaleceu o desejo do presidente norte americano de promover a paz entre Israel e Egito:

“Dois homens que desempenharam um papel vital na preparação do caminho para a paz merecem ser mencionados: o ex-secretário de Estado Henry Kissinger e o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. A missão de paz de Henry Kissinger no Oriente Médio foi iniciada imediatamente após a conclusão da quarta guerra entre Israel de um lado e Egito e Síria do outro. Recordamos suas tentativas enérgicas para que as partes beligerantes no chamado *Yom Kippur* se reúnam para uma conferência de paz em Genebra. A conferência foi, de fato, concretizada, em dezembro de 1973, e resultou num acordo entre Egito e Israel com uma série de pontos importantes, como a troca de prisioneiros, a retirada das tropas para as zonas delimitadas, garantias de segurança e outras medidas visando a consolidação da trégua, e com um objetivo de realizar um acordo de paz a longo prazo. O trabalho de Henry Kissinger na promoção dos acordos concluídos entre os beligerantes após a Segunda Guerra *Yom Kippur*, em 1973, forneceu a base para o

²⁴ THE NOBEL PEACE PRIZE. 1978. *Anwar al-Sadat, Menachem Begin*. Award Ceremony Speech.

²⁵ THE NOBEL PEACE PRIZE, 1973. *Henry Kissinger, Le Duc Tho*. Award Ceremony Speech.

movimento do presidente Jimmy Carter na organização da reunião em *Camp David* em 1978”.²⁶

Apesar do valor e importância dos dois protagonistas históricos nomeados acima, não há como negar que o passo decisivo para o acordo de paz partiu do presidente do Egito Anwar al-Sadat e como bem observou Joana Junqueira (2008),

“... o líder egípcio declarou no Parlamento que iria "até o fim do mundo, até mesmo ao Knesset", em busca da solução pacífica para o conflito no Médio Oriente. Este discurso foi aplaudido por deputados e visitantes, entre eles o líder da então Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, mas para a maioria não passava de mera retórica. Pressionado, Menachem Begin acabou convidando Sadat para uma visita de surpresa a Jerusalém, em Novembro de 1977, num gesto que abriu definitivamente o caminho para o acordo de paz.”

Portanto, a visita do presidente egípcio ao Parlamento israelense (Knesset) demonstrou a disposição do Egito para o acordo de paz, o que levou os Estados Unidos a trabalhar com o Estado de Israel pelo acordo de Camp David. Desse modo, finalmente se concretizou o primeiro tratado de paz entre um país árabe e Israel, revelando a viabilidade de outros acordos e deixando claro que um tratado de paz surge de muita conversa e diplomacia²⁷.

²⁶ THE NOBEL PEACE PRIZE 1978. Anwar al-Sadat, Menachem Begin. Award Ceremony Speech.

²⁷ Segundo Alberico Gentili (2005,p. 436): “Quanto ao vocábulo paz, se se quiser acreditar em Festo e Ulpiano, deriva de pacto (*pacto conditionum*). Isidoro, ao contrário, faz derivar pacto de paz, entendendo por pacto o acordo escrito que, em decorrência da paz já concordada verbalmente, tem lugar entre as partes em conformidade com as leis e costumes. Por isso, qualquer conversação que seja feita entre homens é propriamente paz embora usualmente se diga somente daquela determinada convenção pela qual se põe fim à guerra ou se fecha o acesso.”

2.2. O Acordo de Camp David: análise do seu conteúdo

Em 17 de setembro de 1978, o Presidente Anwar Sadat, do Egito e o Primeiro-Ministro Menachem Begin, de Israel, celebraram com o auxílio do Presidente americano Jimmy Carter, o Acordo de Camp David, restando claro, assim, o afastamento do Egito das influências da URSS. A razão do nome do tratado é que, apesar de ter sido assinado na Casa Branca (Washington DC), os encontros preparatórios ocorreram na base militar de Camp David, no Condado de Frederick, estado de Maryland.

O tratado consistia basicamente de dois acordos. Um relativo à paz com o Oriente Médio e outro relativo à paz com o Egito, estabelecendo o respeito à soberania e a segurança entre os dois países; o reconhecimento do Estado de Israel e a restituição da Península do Sinai ao Egito até 25 de abril de 1982.

Acordou-se igualmente que as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU seriam a base do tratado de paz e que Israel e Egito se comprometiam a não recorrer à ameaça ou uso da força para resolver disputas, devendo os eventuais conflitos ser resolvidos por meios pacíficos, em conformidade com as disposições do artigo 33 da Carta da ONU²⁸.

A paz no Oriente Médio também foi abordada - inclusive com o Estado Palestino (Gaza e Cisjordânia). A esse respeito, o Acordo de Camp David declarou que Egito, Israel, Jordânia e representantes do povo palestino deveriam participar nas negociações que deliberariam sobre o fim da questão palestina em todos os seus aspectos e que, para alcançar esses objetivos, as negociações relativas aos territórios de Cisjordânia e Gaza deveriam continuar em três fases.

²⁸ ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Camp David Accords. September 17, 1978.

O Egito e Israel concordaram que deveria existir um regime transitório para a região da Cisjordânia e de Gaza - por um período que não poderia ultrapassar 5 anos - administrado por uma autoridade autogovernante eleita livremente pela população residente naquela área, o que levaria a substituição do governo militar existente. O acordo entre Israel e Egito previa também que a Jordânia participaria das negociações deste regime provisório²⁹ e que as regras da eleição do governo provisório e autônomo na Cisjordânia e Gaza seriam estabelecidas por Egito, Israel e Jordânia. Além disso, Israel e Jordânia realizariam patrulhas conjuntas para assegurar a segurança nas fronteiras.

O período de 5 anos começaria quando as autoridades deste governo autônomo fosse eleito e, no prazo máximo de 3 anos, se determinaria qual o status desse novo governo, sua relação com seus vizinhos e como se faria o tratado de paz entre Israel e Jordânia.

Durante o período de transição, os representantes do Egito, Israel, Jordânia e a autoridade do governo palestino deveriam constituir uma comissão permanente para tentar um acordo que tratasse da admissão de pessoas deslocadas da Cisjordânia e de Gaza em 1967, bem como das medidas necessárias para evitar perturbações e desordem e outros assuntos de interesse comum³⁰. Egito e Israel também se comprometeram a trabalhar juntos para resolver rápida e de forma equânime o problema dos refugiados.

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), entretanto, contestou todos os pontos do tratado de Camp David referentes ao estabelecimento da paz com Israel, pois o considerou uma traição do governo egípcio e uma forma de desmantelar a causa palestina. A OLP publicou o estudo de Fayez A. Sayegh sobre os pontos do tratado - que na visão palestina, os desrespeitava³¹.

²⁹ Idem, 1978.

³⁰ ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Camp David Accords. September 17, 1978.

³¹ SALEM, Helena. 1983, p. 79 a 84

Segundo a publicação da OLP, os direitos fundamentais dos palestinos não estariam sendo respeitados no acordo, pois não estariam exercendo o seu direito a autodeterminação. Além disso, o acordo previa um desmembramento permanente do povo palestino, já que não mencionava “aqueles que foram desalojados depois de 1967 de Gaza e Cisjordânia, nem os que saíram em 1948, mas não se registraram no UNRWA”³²

A OLP também concluiu que se tratava da tentativa de lhes *impor* uma solução, já que o encontro não contou com a presença dos representantes palestinos (no caso, da própria OLP), inobservando seus reais desejos. Em razão disso, a participação palestina nas negociações também foi considerada por eles uma farsa, pois ficara a cargo da Jordânia e Egito.

No tocante ao governo provisório, SALEM (1983) apresenta os argumentos da OLP, pois considerando que os três países têm de concordar entre si, significa que cada um deles possui também poder de veto. Isso não é previsto no acordo.

O ‘autogoverno’ proposto também não teria ‘completa autonomia’, como se pretende, pois além de suas eleições se realizarem sob a ocupação militar, a legislação militar continuará a ser mantida durante a campanha eleitoral e as eleições, castrando a liberdade de expressão dos palestinos. Salem ainda argumenta que, durante o período de transição de cinco anos - após o estabelecimento do ‘autogoverno’ - as tropas israelenses continuarão a Cisjordânia e em Gaza, retirando-se parcialmente apenas de alguns locais específicos. Para ela, portanto, a ‘autoridade autônoma’ não teria poder para determinar os locais a serem evacuados e os acordos apenas legitimariam por muito mais tempo ‘uma ocupação já considerada internacionalmente ilegal’.³³

Como consequência dessas manifestações contrárias da OLP - auto intitulada representante oficial dos palestinos, mesmo sem ter o apoio de grupos menores que não aceitaram então e não aceitam essa

³² Idem, 1983, p. 80

³³ Ibidem, 1983. p. 82.

representatividade até os dias de hoje - o acordo não atingiu seu objetivo de firmar a paz entre os dois grupos beligerantes.

Mesmo com a manifestação contrária da OLP, no entanto, a relevância do tratado se extrai do fato de, verdadeiramente, ter havido o início de conversações e uma possibilidade real de paz no Oriente Médio. Ademais, algumas lições importantes foram aprendidas, mostrando-se relevantes para futuras tentativas de acordo.

2.3. Os desdobramentos do Acordo de Camp David

Com a assinatura do acordo de paz de *Camp David*, encerrando o conflito entre Israel e Egito, o mundo passou a acreditar na possibilidade de paz no Oriente Médio. Tanto que, pela primeira vez em sua história, o Prêmio Nobel da Paz foi entregue a dois estadistas daquela região. Em 2002, o ex-presidente norte americano Jimmy Carter também recebeu esse prêmio como consequência de sua atuação no acordo de Camp David.

A paz entre Israel e Egito não trouxe somente vantagens a esses países. O Egito teve suas relações estremecidas com os países árabes e muçumanos vizinhos e foi suspenso da Liga Árabe até o fim da década de 1980. Nas palavras de Helena Salem (1982, p. 79):

“... em todo o mundo árabe os acordos foram veementemente rejeitados, tanto pelos governos notoriamente conservadores, como por aqueles tidos como mais progressistas. Os dirigentes árabes acusavam Sadat de ter feito a paz em separado com Israel e ser, por isso, um traidor. A Conferência de Cúpula Árabe, realizada entre 5 e 7 de novembro de 1978, em Bagdá, votou várias sanções contra o Egito”.

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) também repudiou as propostas feitas em *Camp David*. E não apenas por se tratar de uma ‘paz em separado’, mas sobretudo, por considerar que os acordos eram ‘um novo passo no processo de eliminação da causa palestina’.

Além disso, em 6 de outubro de 1989, o presidente Egípcio Anwar al-Sadat foi assassinado por integrantes da Jihad Islâmica Egípcia (Guerra Santa) infiltrados no exército durante uma parada militar no Cairo. De acordo com PAGER-BENSON (2002), seus assassinos participavam de um grupo contrário ao acordo de paz e à entrega da Faixa de Gaza para o Estado de Israel. Seu sucessor foi o seu vice-presidente Hosni Mubarak, que governou de 14 de outubro de 1981 a 11 de fevereiro de 2011, quando teve que renunciar.

O Estado de Israel, por sua vez, auferiu grandes benefícios do tratado, já que selou a paz com um inimigo poderoso e de longa data. Igualmente, o tratado resultou em benefícios relativos aos Direitos Humanos, pois chamou a atenção mundial para a questão dos refugiados, demonstrando que a dignidade da pessoa humana deve estar acima das questões políticas e territoriais. Além disso, tal acordo evita até os dias de hoje – mesmo que indiretamente – uma série de violações a direitos humanos fundamentais, como por exemplo, o direito à integridade pessoal³⁴, à propriedade³⁵ e de circulação e residência³⁶, além do direito à vida³⁷ que é a base para o gozo dos demais direitos.³⁸

³⁴ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo V; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, art. 1º.; Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, art. 5.1.

³⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo XVII; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, art. 23; Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, art. 21.

³⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo XIII; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, art. 8º.; Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, art. 22.

³⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo III; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, art. 2º.; Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, art. 4.1

³⁸ Corte IDH. Caso Comunidade Indígena Xármok Kásek Vs. Paraguay. Sentença de 24 de agosto de 2010. (Mérito, Reparações e Custas), Série C. No.214, par. 186

2.4 Outros tratados de paz na região

O principal benefício do Tratado de *Camp David* é que ele se tornou a base para a realização de outros acordos de paz, como por exemplo, o de *Wadi Araba*, realizado com o Estado da Jordânia e o de *Oslo*, com a Autoridade Palestina, ambos considerados um marco da diplomacia para as soluções de conflitos armados.

Em 26 de outubro de 1994, os Estados de Israel e Jordânia, assinam em Araba, lugar fronteiro dos dois países o segundo tratado de paz dos israelitas com um país vizinho, fato considerado de grande relevância para uma futura paz entre Israel e Palestina.

O tratado abordou, entre outros assuntos, a segurança e proteção dos dois países, a demarcação de suas fronteiras, a utilização e distribuição dos recursos hídricos entre os dois povos, a liberdade de circulação para a população civil, o destino a ser dado aos refugiados e pessoas deslocadas pelos conflitos e finalmente, a liberdade de trânsito em lugares de importância histórica e religiosa para ambos.

O Acordo de Paz de Oslo, por sua vez, constituiu-se num conjunto de acordos firmados em Oslo, na Noruega, entre Israel e o Presidente da OLP, Yasser Arafat, tendo como mediador o presidente norte-americano Bill Clinton.

Esses acordos representaram as primeiras tentativas reais de se estabelecer um acordo de paz negociado diretamente entre Israel e o povo palestino, o que revela uma evolução de pensamento desde a assinatura do acordo de Camp David.

Dentre suas determinações, estava o reconhecimento da OLP como a única entidade legalmente representativa do povo palestino, a retirada do parágrafo da carta de fundação da OLP no qual constava o objetivo de destruir o Estado judeu e a restituição da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para os palestinos. Infelizmente, uma série de motivos impediu que esses acordos

se confirmassem³⁹ e num período posterior, uma segunda Intifada sepultou de vez as propostas de Oslo.

Além desses tratados, houve muitas outras tentativas⁴⁰ de se chegar a um acordo de paz definitivo com países da região, mas nenhuma alcançou o mesmo êxito obtido pelo de Camp David. No tocante aos acordos exclusivamente realizados com a Palestina, houve certo avanço desde Camp David, devendo a diplomacia estabelecer algumas pontes para ligar os interesses dos dois povos.

CONCLUSÃO

Resultado de um processo diplomático internacional, a celebração da paz entre Israel e Egito através do acordo de Camp David, representou pela primeira vez, a esperança de que, num futuro próximo, seria possível um acordo direto entre judeus e palestinos. Graças a esse tratado - apesar de as diferenças históricas, culturais e religiosas entre Israel e o mundo árabe serem significativas - foi possível constatar que estabelecer a paz entre eles é uma iniciativa viável - não por vias de guerra, mas pelos efeitos de um persistente empenho diplomático de ambas as partes.

Ademais, apesar de alguns grupos da OLP terem manifestado repúdio ao acordo, a sua celebração contribuiu para que o lado israelense revisse alguns de seus conceitos, atendendo várias reivindicações árabes e aumentando sua disposição de negociar com os demais países da região - inclusive com a Palestina. A participação direta da Palestina em futuras negociações, por exemplo, é vista atualmente como algo natural e consolidado.

³⁹ Ambas as partes deixaram de cumprir cabalmente as suas promessas, reduzindo o acordo a uma carta de boas intenções, mas não houveram mudanças efetivas realizadas no mundo fenomênico.

⁴⁰ Dentre essas tentativas, pode-se citar, por exemplo, a realizada em 2000 entre Ariel Sharon, então presidente de Israel e Yasser Arafat, então representante da Palestina, mediada pelo presidente americano Bill Clinton, novamente em *Camp David*. Infelizmente, não logrou sucesso.

O conflito entre árabes e judeus, infelizmente, ainda está longe de ser definitivamente solucionado e para que a paz predomine, alguns passos devem ser dados. Dentre eles, os mais importantes seriam o reconhecimento por parte de Israel da soberania do Estado Palestino, a busca de uma solução digna para a questão dos refugiados e uma decisão definitiva para a internacionalização de Jerusalém. No entanto, as lições históricas de Camp David podem contribuir para essa finalidade.

O tratado também contribui para a discussão de importantes questões atinentes à proteção dos Direitos Humanos, como por exemplo, a necessidade de amparar com dignidade os refugiados de conflitos bélicos.

Insta salientar ainda, que o cenário político do acordo de Camp David mostra visível influencia da diplomacia internacional, de modo que a diplomacia atual, mais fraca que a das décadas pretéritas, precisa voltar ao cenário mundial como influenciadora dos grandes governantes e não o contrário, como vem acontecendo.

Por fim, resta dizer que a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema e nem todos os seus desdobramentos, já que há tanta riqueza de conteúdo, contentando-se o presente trabalho a fomentar as discussões do assunto, esclarecendo – na medida do possível - fatos e dados essenciais para sua melhor compreensão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARD, Mitchell. **The Yom Kippur War**. Disponível em: http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/73_War.html . Acessado em: 17 de abril de 2012.

BATH, Sérgio. **O que é diplomacia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos)

BEEK, M.A. **História de Israel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 184 p. (Biblioteca de cultura histórica)

BILETZKY, Eliyahu. **Anti-sionismo, nova face do anti-semitismo**. São Paulo: B' Nai B' Rith, 1982. 135p.

BRAINY QUOTES. *Henry A. Kissinger*. Disponível em: <http://www.brainyquote.com/quotes/quotes/h/henryakis164235.html> . Acessado em 06 de maio de 2012.

CONIB. Confederação Israelita do Brasil. **Acordos de Oslo**. Disponível em: <http://www.conib.org.br/glossario.asp?id=14> Acessado em 06 de maio de 2012.

COLETÂNEA de direito internacional. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 1117 p. (RT - mini códigos) ISBN 85-203-2707-9.

DEMERON, Pierre. **Pierre Demeron contra Israel**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970. 112 p. (Cultura popular)

GENTILI, Alberico. **O direito de guerra**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2005. (Coleção clássicos do direito internacional).

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. 2 v. (Coleção clássicos do direito internacional).

HERZOG, Gen Div Chaim. **A guerra do Yom Kippur**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. 397 p. (Coleção general Benício ; 148)

HITLER, Adolf. **Minha luta**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004. 508 p. ISBN 85-88208-08-3

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Admission of Israel to the United Nations - General Assembly Resolution 273*. 11 May 1949. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Foreign+Relations/Israels+Foreign+Relations+since+1947/1947-1974/Admission+of+Israel+to+the+United+Nations+-+General.htm> Acessado em 06 de maio de 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Camp David Accords*. September 17, 1978. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/Camp%20David%20Accords>. Acessado em : 22 de abril de 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Declaration of Establishment of State of Israel*. May 14, 1948. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/Declaration+of+Establishment+of+State+of+Israel.htm> . Acesso em 01 de maio de 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *U.N. General Assembly Resolution 181 (Partition Plan)* November 29, 1947. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/UN+General+Assembly+Resolution+181.htm> . Acessado em 01 de maio de 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *U.N. Security Council Resolution 242*. November 22, 1967. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace%20Process/Guide%20to%20the%20Peace%20Process/UN%20Security%20Council%20Resolution%20242> . Acessado em 15 de abril de 2012.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *U.N. Security Council Resolution 338*. October 22, 1973. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/UN+Security+Council+Resolution+338.htm> . Acessado em 15 de abril de 2012.

JEWS FOR JUSTICE IN THE MIDDLE EAST. *As origens do conflito entre Israel e Palestina*, 09/01/2006. Disponível em: <http://palestinusurpada.blogspot.com.br/> . Acessado em 02 de maio de 2012.

JUNQUEIRA, Joana. **O Conflito Israelo-Palestino: Os Acordos de Camp David**. Disponível em: http://brevesescritosinternacionais.blogspot.com.br/2008/08/o-conflito-israelo-palestiniano-os_04.html . Acessado em: 20 de abril de 2012.

KOBAYACHI, Elisa. *Porque judeus e palestinos vivem em conflito?* In **Revista Escola Abril**. Jul/2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/judeus-palestinos-conflito-489062.shtml> . Acessado em 11 de abril de 2012.

LAMAS, Barbara Gomes. **Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz**. 17 de novembro de 2004. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802162917.pdf?PHPSESSID=0d8127bc0d7ee7bf90f8750ebb581277 . Acessado em 09 de maio de 2012.

LEGUEY-FEILLEUX , Jean-Robert . **The Dynamics of Diplomacy**. 2009. p. 2. Disponível em: <https://www.rienner.com/uploads/48e3ce00314fb.pdf> . Acessado em 06 de maio de 2012.

MARGULIES, Marcos. **Israel: origem de uma crise**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 238p.

MARINHO, Jailson. **A Guerra dos Seis Dias**. Disponível em: <http://www.mundovestibular.com.br/articles/4378/1/A-GUERRA-DOS-SEIS-DIAS/Paacutegina1.html> Acessado em 01 de maio de 2012.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações** : a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1093 p. ISBN 85-7060-148-4

NICOLSON, Harold, *Diplomacy*, 3d ed. New York: Oxford University Press, 1964.

PACIEVITCH, Thais. *História da Guerra dos Seis Dias*. In. Info Escola. 18/07/2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-seis-dias/>. Acessado em: 17 de abril de 2012.

PAGER-BENSON, Elaine e BENSON, Morgan. *Anwar al-Sadat*. In **Find a Grave**. 18/06/2002. Disponível em: <http://www.findagrave.com/cgi-bin/fg.cgi?page=gr&GRid=6523229> . Acessado em 10 de maio de 2012.

PROTOCOLOS dos sábios de Sião. São Paulo: Edições Eliseo, s.d. 159 p.

SALEM, Helena. **O que é questão palestina**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTANA, Ana Lucia. **Conflito entre Israel e Palestina**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/conflito-entre-israel-e-palestina/> . Acessado em 06 de maio de 2012.

THE NOBEL PEACE PRIZE 1973. *Henry Kissinger, Le Duc Tho*. Award Ceremony Speech. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1973/press.htm Acesso em 25 de abril de 2012.

THE NOBEL PEACE PRIZE 1978. *Anwar al-Sadat, Menachem Begin*. Award Ceremony Speech. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1978/. Acessado em 25 de abril de 2012.

TSUR, Jacob. **A epopéia do sionismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1977. 103 p.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 329 p. (Clássicos IPRI ;7) ISBN 85-230-0040-2